

DA REDUÇÃO DA CARGA HORÁRIA À PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO: IMPACTOS PARA OS PROFESSORES DE CIÊNCIAS HUMANAS NA ESCOLA ESTADUAL MARIA RIBEIRO GUIMARÃES BUENO

Luiz Gabriel Zorzi Silveira Padilha ¹
Débora Rodrigues Pedrosa ²
Maria Eduarda Rodrigues de Almeida ³
Marcelo de Oliveira Soares ⁴
Maccolin Kevin Martins Lopes da Silva ⁵

RESUMO

Em 2025 o governo do estado de São Paulo promoveu uma nova redução da carga horária das disciplinas de Ciências Humanas (História, Geografia, Filosofia e Sociologia). De maneira inédita, a redução atingiu até mesmo o número de aulas de Geografia e História dos Anos Finais do Ensino Fundamental. Para além dos impactos na qualidade da formação dos estudantes, a medida adotada pelo governo paulista afeta também a prática docente uma vez que favorece um quadro de desvio de função contribuindo à sobrecarga e precarização do trabalho docente, bem como à insegurança profissional mediante as sucessivas reduções de aulas. A partir do entendimento do professor enquanto um trabalhador, esta pesquisa tem como objetivo investigar a partir do método qualitativo quais os impactos da medida sobre o trabalhador e a prática docente da área de humanidades da Escola Estadual Maria Ribeiro Guimarães Bueno, localizada na capital paulista.

Palavras-chave: Redução de carga horária, Trabalho docente, Precarização, Ciências Humanas.

¹ Graduando do Curso de Licenciatura em Geografia do Instituto Federal de São Paulo - SP, gabriel.zorzi@aluno.ifsp.edu.br;

² Graduando do Curso de Licenciatura em Geografia do Instituto Federal de São Paulo - SP, debora.rodrigues@aluno.ifsp.edu.br;

³ Graduando do Curso de Licenciatura em Geografia do Instituto Federal de São Paulo - SP, rodrigues.almeida1@aluno.ifsp.edu.br;

⁴ Graduando do Curso de Licenciatura em Geografia do Instituto Federal de São Paulo - SP, o.marcelo@aluno.ifsp.edu.br;

⁵ Graduado em Geografia no Instituto Federal de São Paulo - SP, graduando em Geociências e Educação Ambiental na Universidade de São Paulo - SP, Especialista em Educação Profissional e Tecnológica no Instituto Federal do Rio de Janeiro - RJ; Pós-Graduando na Especialização de Ensino de Geografia no IFSP - SP, maccolink@usp.br.



INTRODUÇÃO

Em 2025 o governo do estado de São Paulo por meio subterfúgios promoveu uma nova redução da carga horária das disciplinas de Ciências Humanas (História, Geografia, Filosofia e Sociologia) na rede pública estadual e de maneira inédita a redução atingiu até mesmo o número de aulas de Geografia e História dos Anos Finais do Ensino Fundamental.

No caso do Ensino Médio, o governo de São Paulo através da Resolução 84/2024 incorporou de maneira engenhosa os novos componentes curriculares de “Redação e Leitura” e “Educação Financeira” na Formação Geral Básica (FGB). Antecipando as diretrizes federais (Lei n. 14.945/2024) que recompõe a carga horária da FGB para um mínimo de 2.400 horas – alterando a máxima de 1.800 horas como previa antes a Reforma do Ensino Médio de 2017. De acordo com o trabalho realizado pela Rede Escola Pública e Universidade (REPU), que culminou na publicação da nota técnica Redução das ciências humanas no currículo da rede estadual paulista, esses dois novos componentes consomem 333,3 horas da FGB. Com essa manobra, a recomposição esperada da carga horária das Ciências Humanas em 2025 não somente foi frustrada como sofreu um novo ataque, no qual foi reduzido ainda mais a carga horária das disciplinas de História, Geografia, Sociologia e Filosofia.

Já aos Anos Finais da Ensino Fundamental, a inédita redução do número de aulas das disciplinas de História e Geografia se deve ao aumento da chamada “parte diversificada” da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Cabe chamar à atenção, que, com a exceção da área de Matemáticas, todas as áreas do conhecimento tiveram redução na carga horária.

Além do impacto na qualidade da formação dos estudantes de todas as matrizes curriculares da rede paulista – ou seja, do Ensino Médio e dos Anos Finais do Ensino Fundamental –, a sistemática redução da carga horária, sobretudo das áreas de Ciências Humanas, gera um impacto negativo no trabalho docente. De acordo com a mesma nota técnica, diversos docentes da rede estadual de São Paulo estão sendo empurrados a lecionar outros componentes curriculares, que não aqueles de sua formação inicial, a fim de completar a carga horária obrigatória semanal. O desvio de função contribui à sobrecarga e precarização do trabalho docente, bem como à insegurança profissional mediante as sucessivas reduções de aulas.

Nesse sentido, nos orientamos pela nota técnica publicada pela REPU sobre a redução das ciências humanas no currículo da rede estadual paulista para amparar nosso trabalho de investigação dos efeitos dessa medida sobre o trabalho docente. Somado a isso, tomamos como pressuposto o de encarar o profissional da educação – isso é, o professor – enquanto pertencente a classe que vive da venda de sua força de trabalho. Ou seja, à classe trabalhadora, uma vez que também está sujeito às contradições do sistema capitalista – por contradições queremos dizer um profissional sujeito às disputas dos interesses inconciliáveis da sociedade, como por exemplo do antagonismo que há entre burguesia e trabalhador (Marx; Engels, 2012), que na conjuntura atual se manifesta no recuo e perda dos direitos e da precarização do trabalho.

Diante do exposto, esta pesquisa teve como objetivo investigar os impactos à categoria docente na Escola Estadual Maria Ribeiro Guimarães Bueno a partir das sistemáticas reduções de carga horária que passam as áreas de Ciências Humanas na rede estadual paulista.

Para tanto, adotamos a metodologia qualitativa – que será melhor desenvolvida na seção a seguir – submetendo o quadro docente da área de Ciências Humanas da referida escola a uma entrevista. Antes de trazer um resumo dos resultados da pesquisa, é pertinente justificar a escolha da escola e apresentar uma breve caracterização da unidade de ensino⁶.

A escolha de adotar a Escola Estadual Maria Ribeiro Guimarães Bueno como objeto de pesquisa se deu pelo motivo de ser a unidade onde os autores deste trabalho desenvolvem as atividades do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid), sendo o professor orientador pertencente ao quadro docente da escola. A título de esclarecimento, o professor orientador não faz parte dos entrevistados deste trabalho, por razões óbvias. Portanto, as entrevistas realizadas e apresentadas aqui concernem aos cinco professores da área de Ciências Humanas da escola.

A respectiva unidade de ensino está localizada na zona sul da cidade de São Paulo, funciona na modalidade PEI (carga horária de 9 horas) ofertando turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental, totalizando 270 alunos divididos em 8 salas de aula (uma média de 33,7 alunos por sala), Ensino médio, com um total de 175 estudantes em 5 salas de aula (34,8 de

⁶ As informações possuem como fonte o portal Transparência Educação disponibilizado no site do governo do estado.

alunos por sala de aula), e 2 turmas do programa estadual NOVOTEC⁷ que possui 40 alunos (média de 20 estudantes por sala). Ao todo, são 484 estudantes sob responsabilidade de um quadro docente formado por 28 profissionais. Destes, 6 fazem parte da área de ensino das Ciências Humanas, destes 4 são formados em História, 1 em Filosofia e 1 em Geografia.

METODOLOGIA

Visando responder à questão deste trabalho – como a redução de carga horária afetou o trabalho dos docentes de Humanidades na E. E. Maria Ribeiro Guimarães Bueno –, optou-se pela entrevista estruturada (através do Google Formulários) por meio de amostragem intencional. O questionário foi organizado com perguntas abertas e de múltipla escolha, divididas em três segmentos: perfil docente; percepções acerca da redução e possíveis impactos nas condições de trabalho. Conjuntamente, foi anexada uma breve explicação com o objetivo da pesquisa e sua finalidade.

Na parte teórica, a pesquisa baseou-se na nota técnica “Redução Das Ciências Humanas No Currículo Da Rede Estadual Paulista” publicada em janeiro de 2025, pela REPU. Os artigos utilizados foram retirados do banco de dados do Google Acadêmico, seguindo os seguintes critérios: estar dentro do tema desta pesquisa; estar acessível e disponível na íntegra e publicações em português. As publicações são do período de 1991 a 2024.

REFERENCIAL TEÓRICO

A presente pesquisa possui como um de seus embasamentos a nota técnica “Redução das ciências humanas no currículo da rede estadual paulista” elaborada pela REPU e publicada em janeiro de 2025. Pela data de sua publicação, antes do início do ano letivo e vigor da resolução, a entidade pôde fazer previsões que se mostraram acertadas como observamos por meio desta pesquisa.

⁷ De acordo com o site da Seduc, o programa Novotec consiste na oferta de cursos técnicos e profissionalizantes gratuitos aos estudantes do Ensino Médio das escolas estaduais paulistas (Disponível em: <https://atendimento.educacao.sp.gov.br/knowledgebase/article/SED-04680/pt-br>).



No entanto, discussão feita pelo documento não se limita apenas a intenção de prever os desdobramentos da medida, mas também o de realizar um balanço a respeito das reformas educacionais ocorridas a partir de 2017 e suas sucessivas reduções de carga horária e impactos no ensino de Ciências Humanas no Ensino Médio e agora nos Anos finais do Ensino Fundamental. A título de ilustração, cabe a reprodução das tabelas produzidas pela REPU na referida publicação com a finalidade de melhor visualização das transformações ocorridas ao longo destes 8 anos do Ensino Médio (Tabela 1), desde sua reforma e por diferentes tipos de oferta da modalidade, e dos Anos Finais do Ensino Fundamental – tempo parcial (Tabela 2) e integral (Tabela 3).

	PRÉ-REFORMA (Res. 66/2019) (Res. 68/2019)	2024 (Res. 52/2023) (Res. 58/2023)	2025 (Res. 81/2024) (Res. 84/2024)	
TIPO DE ESCOLA	CARGA HORÁRIA DE CIÊNCIAS HUMANAS (HORAS)			VAR. 2020-2025
TEMPO PARCIAL DIURNO	720,0	480,0	466,7	- 35,1%
TEMPO PARCIAL NOTURNO	630,0	480,0	480,0	- 23,8%
EJA (MAIORIA NOTURNO)	630,0	270,0	270,0	- 57,1%
TEMPO INTEGRAL (7 HORAS)	720,0	480,0	466,7	- 35,1%
TEMPO INTEGRAL (9 HORAS)	600,0	480,0	466,7	- 22,2%

Tabela 1: Variação da carga horária da área de Ciências Humanas no Ensino Médio por tipo de escola, rede estadual de São Paulo.

	2024 (Res. 53/2023)	2025 (Res. 85/2024)	
ÁREAS DO CONHECIMENTO	CARGA HORÁRIA (HORAS)		VARIAÇÃO 2024-2025
CIÊNCIAS HUMANAS	930,0	666,7	- 28,3%
CIÊNCIAS DA NATUREZA	480,0	466,7	- 2,7%
MATEMÁTICA	660,0	666,7	+ 1,0%
LINGUAGENS	1.380,0	1.266,7	- 8,2%
DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA (HORAS)		VARIAÇÃO 2024-2025
HISTÓRIA	450,0	333,3	- 25,9%
GEOGRAFIA	480,0	333,3	- 30,5%

Tabela 2: Variação da carga horária das áreas do conhecimento e das disciplinas de Ciências Humanas nos Anos Finais do Ensino Fundamental diurno (tempo parcial), rede estadual de São Paulo.



	2024 (Res. 53/2023)	2025 (Res. 85/2024)	
ÁREAS DO CONHECIMENTO	CARGA HORÁRIA (HORAS)		VARIAÇÃO 2024-2025
CIÊNCIAS HUMANAS	930,0	800,0	- 13,9%
CIÊNCIAS DA NATUREZA	480,0	466,7	- 2,7%
MATEMÁTICA	660,0	666,7	+ 1,0%
LINGUAGENS	1.380,0	1.266,7	- 8,2%
DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA (HORAS)		VARIAÇÃO 2024-2025
HISTÓRIA	450,0	400,0	- 11,1%
GEOGRAFIA	480,0	400,0	- 16,6%

Tabela 3: Variação da carga horária das áreas do conhecimento e das disciplinas de Ciências Humanas nos Anos Finais do Ensino Fundamental (tempo integral, jornadas de 7 e 9 horas), rede estadual de São Paulo.

A Tabela 1 nos mostra a redução de horas das Ciências Humanas em quase todas as modalidades do Ensino Médio, ocorrendo mesmo após a aprovação e entrada em vigor da Lei n. 14.945/2024 que instituiu a Nova Política Nacional do Ensino Médio. A Lei revogou parcialmente alguns pontos da reforma do ensino médio, sendo uma das principais mudanças a recomposição da FGB para 2.400 horas nos três anos do ensino médio ante às 1.800 horas anteriormente previstas. Ou seja, em um sentido contrário à Lei temos a redução de carga horária e no melhor dos cenários a permanência da mesma carga horária, como é o caso das modalidades EJA e do tempo parcial noturno. A mesma situação é constatada nas Tabelas 2 e 3 correspondentes aos Anos Finais do Ensino Fundamental que mostram que, com exceção da Matemática, todas as outras áreas do conhecimento tiveram redução de sua carga horária.

Além da nota técnica, tivemos como referência nesta pesquisa o artigo, do sociólogo espanhol Mariano Fernández Enguita, “A ambiguidade da docência: entre o profissionalismo e a proletarização” publicado em 1991 na revista Teoria & Educação. Não é exagero dizer que o artigo do Enguita teve uma grande aceitação e influência entre os estudiosos brasileiros sobre o tema (Alves, 2022).

No texto, Enguita argumenta que o professor se situaria em uma posição intermediária e, sobretudo, instável entre a profissionalização e a proletarização (Enguita, 1991). Para o autor, o grupo profissional corresponderia a uma categoria autorregulada e detentor do controle do processo do próprio trabalho – consequente ao nível elevado de formação da categoria –, diferentemente do proletário que “não só perdeu ou nunca teve acesso à



propriedade de seus meios de produção, como também foi privado da capacidade de controlar o objeto e o processo de seu trabalho" (Enguita, 1991, p, 42). É nesse intermédio em que a categoria docente se localizaria. Se por um lado o trabalho do profissional da educação dificilmente se permite seguir uma padronização e fragmentação extremas de suas atividades como no sistema fabril, por outro lado os professores estão cada vez mais submetidos aos processos que levaria a proletarização, como às determinações burocráticas alheias à suas escolhas – como foi o caso da redução de carga horária nas Ciências Humanas imposto pelo governo paulista –, regulamentações gerais sobre o que será ensinado e a uma piora na qualidade e condições de trabalho. Em síntese, essa seria a ambiguidade do trabalho docente ao qual Enguita faz referência e a constante proletarização observado pelo processo de desqualificação do trabalho, pela fragmentação e simplificação das atividades, decisões exógenas ao qual o docente está submetido, e desvalorização salarial (Alves, 2022).

Paralelamente e complementar ao trabalho de Enguita, utilizamos também em nosso arcabouço referencial o artigo "Significado e sentido do trabalho docente" de Itacy Salgado Basso, doutor em Educação, que discute a natureza do trabalho docente e sua particularidade no modo de produção capitalista.

Basso defende que a análise do trabalho docente seja feita a partir das relações entre as condições subjetivas, relativo a formação – acadêmicas e pessoais – do professor e a compreensão do significado do trabalho docente, e as condições objetivas, entendidas como as relações efetivas do trabalho que abrange desde estrutura escolar, planejamento e a remuneração dos professores. Assim como Enguita, Basso concorda que exercer o controle do que acontece dentro de uma sala de aula é uma tarefa muito difícil e isso se deve em grande medida à própria particularidade do trabalho docente que ocorre objetivamente em salas de aulas separadas em que o docente trabalha sozinho e no qual detém uma suposta superioridade intelectual em relação aos alunos. Nesse sentido, às condições subjetivas do professor têm um peso significativo no processo de resistir às sistemáticas tentativas de controle e depreciação do trabalho docente (Basso, 1998). Para Basso, portanto, é fundamental que o professor possua um entendimento claro do significado – que é socialmente dado – e do sentido – o que incita o docente a realizá-lo – do seu trabalho.

No caso da docência, é preciso destacar sua ação mediadora para o seu significado, que seria a finalidade de ensinar ao mesmo tempo que considera a apropriação do

conhecimento pelo aluno. “Assim, a atividade pedagógica do professor é um conjunto de ações intencionais [de ensino], conscientes, dirigidas para um fim específico [aprendizagem do alunado]” (Basso, 1998). Esse fim específico ao qual se refere Basso, é o de garantir que os estudantes tenham acesso ao que não é recorrente na vida cotidiana. Ou nas palavras de Saviani, a razão da escola existir é “para propiciar a aquisição dos instrumentos que possibilitam o acesso ao saber elaborado (ciência), bem como o próprio acesso aos rudimentos desse saber” (Saviani apud Basso, 1998)

Outro ponto interessante levantado pelo artigo de Basso é o de trabalho alienado. Em sua argumentação, a alienação surgiria a partir da consolidação do capitalismo e da divisão social do trabalho que ocasiona o rompimento do trabalho enquanto uma atividade que humaniza o gênero humano. Ou seja, o trabalho como essência que fundamenta a sociedade humana:

“Podemos distinguir o homem dos animais pela consciência, pela religião ou qualquer coisa que se queira. Porém, o homem se diferencia propriamente dos animais a partir do momento em que começa a produzir seus meios de vida, passo este que se encontra condicionado por organização corporal. Ao produzir seus meios de vida, o homem produz indiretamente sua própria vida material.” (Marx & Engels apud Saviani, 2007, p. 154)

Dessa forma, Basso defende que o trabalho será alienado quando for realizado no sentido de garantir apenas a sobrevivência do trabalhador e impossibilitando a realização e aprimoramento de sua própria humanidade. Porém, como discutido, o controle do processo de trabalho da categoria docente é de difícil execução por parte dos mecanismos do Estado, o que possibilita uma certa autonomia que dependerá fundamentalmente das condições subjetivas do professor, o que não exclui as condições materiais e objetivas onde se efetiva a atividade docente. No caso docente, o trabalho será alienado quando realizado apenas no sentido de garantir sua sobrevivência e havendo a perda do seu significado socialmente fixado. “Nesse caso, o trabalho alienado do docente pode descharacterizar à prática educativa escolar” (Basso, 1998).

RESULTADOS E DISCUSSÃO





X Encontro Nacional das Licenciaturas
IX Seminário Nacional do PIBID

Como explicitado anteriormente, as entrevistas foram realizadas entre os cinco docentes da área de Ciências Humanas da escola por meio da ferramenta Google Formulários seguindo uma estrutura de perguntas de múltiplas escolhas e abertas discursivas.

No primeiro momento buscamos traçar um perfil dos docentes da área de Ciências Humanas, com perguntas que nos possibilitasse realizar essa interpretação. O núcleo de humanidades da escola é composto por uma maioria com formação em História, quatro – ou 80% – e um em Filosofia. Três deles (60%) estão na rede estadual há mais de 10 anos, um há pelo menos 2 anos e outro há menos de 2 anos. A maior parte dos docentes (80%) possuem mais de 4 turmas sob responsabilidade⁸, apenas um deles possui até 3 turmas. Sobre as relações e condições de trabalho, a maior parte (80%) tem a docência como única fonte de renda, apenas um dos entrevistados, portanto, respondeu que não. Um dado que nos chamou a atenção foi de que a maior parte (60%) do quadro de professores da área das Ciências Humanas é formada por vínculo de emprego temporário. Ou seja, são docentes que não gozam da estabilidade do emprego, dos benefícios conquistados pela categoria e tão pouco têm acesso ao plano de carreira. Esse quadro corrobora o estudo da organização Todos pela Educação (2024) que revelou que desde 2022 o número de professores temporários nas redes estaduais superou pela primeira vez a quantidade de efetivos⁹. Como apontou o estudo, esse número vinha crescendo desde 2013 e até 2023 o número de temporários apresentou um crescimento de 55%, 126 mil professores contratados de forma temporária, já o número de professores efetivos teve uma queda 36%, uma redução de 184 mil profissionais.

Em um outro bloco de perguntas, buscamos compreender as percepções e as consequências acerca da redução da carga horária na área de Ciências Humanas. Dentre as respostas recebidas, apenas um dos docentes enxergou a medida como necessária para reorganizar os currículos. Todos os outros, porém, enxergaram a medida como prejudicial à formação geral dos estudantes pelo enfraquecimento dos conteúdos, como também uma forma de desvalorização das Ciências Humanas e aumento da sensação de instabilidade no emprego. Além disso, para a maior parte dos docentes (60%) às condições de trabalho ficaram piores após a medida, forçando a maioria deles a assumir novas funções e para muitos (60%) fora de

⁸ Precisamente, dois docentes possuem de 4 a 6 turmas, e outros dois de 7 a 9 turmas.

⁹ Nas redes municipais de educação, o número de efetivos ainda é superior à quantidade de temporário de acordo com o estudo.

sua área de formação. Sobre a percepção de que a resolução intensifica a precarização do trabalho docente, quatro deles (80%), concordaram que a redução de carga horária da Ciências Humanas reforça esse processo e todos os docentes entrevistados concordam que a medida aumentou o ritmo e a pressão sobre o planejamento.

Os professores também chamaram à atenção para a investida que vem ocorrendo para o maior gerenciamento por parte do estado sob o trabalho. “Nos últimos anos percebi forte controle do Estado em relação ao conteúdo das aulas, metodologia de ensino, currículo, lições de casa, avaliações etc. Desta forma os professores se inserem em um cenário inflexível e faltando espaço para criações ou projetos positivos à aprendizagem”, disse um dos professores. Além disso, os docentes reconhecem políticas de valorização que ocorreram, mas que são ofuscadas pelo esvaziamento dos conteúdos e o aligeiramento da formação dos estudantes do ensino básico, como relatou outro professor: “Houveram muitas mudanças, entre elas uma melhora dos salários. Já com relação aos conteúdos, além do empobrecimento das ciências humanas, (vários pensadores atuais afirmam que as ciências humanas são as ciências do futuro), há uma constante pressão de cunho instrumental e tecnicista sobre sua capacidade de reflexão sobre os conhecimentos acumulados pela humanidade”.

Uma outra questão versava sobre a percepção geral dos professores entrevistados sobre os Itinerários Formativos (IF). Das quatro respostas que recebemos, apenas um dos professores se manifestou de maneira positiva sobre os IF, mas concordando com outros de que os itinerários consomem um tempo considerável na carga horária: “De forma geral [minha percepção é], positiva. No entanto, em alguns casos, tomou espaço de conteúdos mais relevantes. Me parece que deveria haver um bom senso na escolha desses itinerários. Porém, há necessidade também de uma adequação dos vestibulares aos conteúdos do ensino médio. Se isso ocorresse, não haveria problema”.

Diante do exposto podemos constatar uma confluência entre as falas e percepções dos professores entrevistados com a proletarização da profissão docente a qual se referia Enguita, que se formalizam por meio dos contratos temporários, bem como pelos sistemáticos ataques à categoria e à educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Diante do objetivo proposto de investigar os impactos da medida imposta pelo governo do estado de São Paulo de reduzir a carga horária da área de Ciências Humanas sobre o trabalho docente e a discussão teórica realizada pela presente pesquisa, podemos compreender a ação do governo como uma forma de perpetrar a contínua precarização – ou proletarização nos termos de Enguita – do trabalho docente por meio de um contínuo cenário de desvalorização das Ciências Humanas. Nesse sentido, nossa pesquisa demonstra esse ataque sistemático sobre a categoria docente, especialmente na área das humanidades, por meio da sobrecarga e instabilidade dos frágeis vínculos empregatícios que hoje é a regra nas redes estaduais do país.

Por outro lado, umas das questões feitas aos docentes da escola Maria Bueno abordou as motivações da escolha da carreira docente e ao menos duas das respostas obtidas referiram-se ao significado do trabalho docente ao qual defendeu Basso. Demonstrando que apesar dos ataques promovidos pelas reformas educacionais ou resoluções e das tentativas de maior controle sobre seu trabalho por meio de mecanismos burocráticos, os professores não se deixam alienar. Compreendem o significado do trabalho na sociedade e ainda são capazes de reconhecer o sentido no desenvolvimento de suas funções. Evidenciando a relação dialética que há entre as condições subjetivas e as condições objetivas do trabalho docente.

Portanto, diante da discussão realizada e pelo atual cenário de constantes ataques à educação e à carreira docente, retomar o debate do trabalho do professor enquanto uma categoria inserida na dinâmica do antagonismo da luta de classes é imprescindível para fundamentar e avançar a luta na conquista de novos direitos, de se fazer valer o já conquistados e garantir melhores condições de trabalho.

REFERÊNCIAS

Alves, Wanderson Ferreira. Trinta anos de um texto-fetiche: Mariano Fernández Enguita e o tema da proletarização do trabalho. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 43, p. 1-18, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/tbdzC3mYkGBp44LXXKJs5JF/?lang=pt> Acesso em: 6 out. 2025.

Basso, Itacy Salgado. Significado e sentido do trabalho docente. **CEDES**, Campinas, v. 19, nº 44, 1998. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-32621998000100003>. Acesso em: 05 out. 2025.



Enguita, Mariano Fernández. A ambiguidade da docência: entre o profissionalismo e a proletarização. **Teoria & Educação**. Porto Alegre, n.4, p.41-61, 1991. Disponível em: https://www.academia.edu/6406308/A_ambigu_edade_da_doce_ncia_entre_o_profissionalismo_e_a_proletarizacao_T_and_E_4_1991_. Acesso em: 05 out. 2025.

Marx, Karl; Engels, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Penguin/Companhia das Letras., 2012.

Rede Escola Pública e Universidade [REPU] et al. **Redução das Ciências Humanas no currículo da rede estadual paulista** [Nota Técnica]. São Paulo: REPU/ Gepud, 28 jan. 2025. Disponível em: www.repu.com.br/notas-tecnicas; www.gepud.com.br. Acesso em: 28 jul. 2025.

São Paulo (Estado). **Transparéncia educação**. Governo do estado de São Paulo. Disponível em: <https://transparencia.educacao.sp.gov.br/Home/DetalhesEscola?codesc=4625>. acesso em: 17 out. 2025

Todos pela Educação. Políticas docentes, professores temporários (estudo). Professores temporários nas redes estaduais do Brasil. Abril de 2024. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2024/04/estudo-professores-temporarios-nas-redes-estaduais-do-brasil-todos-pela-educacao.pdf>. Acesso em: 17 out. 2025.